



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
057/2013 CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A
EMPRESA JL MESQUITA SERVIÇOS DE
TELECOMUNICAÇÕES LTDA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA
NOS SISTEMAS CFTV

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 3089, Bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, com inscrição no CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, doravante denominado **CONTRATANTE** neste ato representado por seu Secretário de Administração **FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO**, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, portador da carteira de identidade nº. 8293120 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 141.758.512-91, designado pela Portaria nº. PORTARIA Nº 574/2017-GP de 1º de fevereiro de 2017, e de outro lado a Empresa **JL MESQUITA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.141.734/0001-44, com endereço na Rua Senador Manoel Barata nº 1160, sala 03, CEP: 66.053-320, Fone: (91) 3241-0713, cidade de Belém, Estado de Pará, e-mail: telenorte@telenorte-pa.com.br doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal **JORGE LUIS MESQUITA DA SILVA**, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 1058.838 – SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.754.442-04, residente e domiciliado em Belém, acordam em celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21/06/93, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência em mais 12 (doze) meses, com início em **18 de outubro de 2017** e término em **17 de outubro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente termo aditivo poderá ser rescindido antecipadamente, após devidamente notificado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor mensal do presente Termo Aditivo é de R\$ 5.916,67 (treze mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Contratante, classificada como:

- Programa de Trabalho: **04101.02.122.1419.8176**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- Natureza de Despesa: 339039
- Fonte de Recurso: 0118

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

A contratada fica obrigada a apresentar a prestação de garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total deste aditivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em uma das modalidades:

- Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- Seguro garantia;
- Fiança bancária.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente termo aditivo será publicado em até 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, em conformidade com o artigo 28, §5º, da Constituição do Estado do Pará, sendo que o CONTRATANTE providenciará sua publicação no Diário Oficial do Estado.

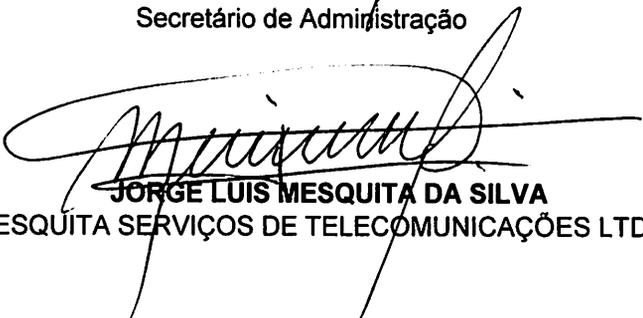
CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem com o presente aditamento.

E por estarem, assim justas e contratadas, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

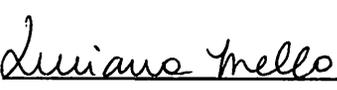
Belém, 16 de outubro de 2016.


FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO
Secretário de Administração


JORGE LUIS MESQUITA DA SILVA
JL MESQUITA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Testemunhas:

Nome: 
CPF: 145.999.682-91

Nome: 
CPF: Luciana Machado Silveira Mello
CPF: 024.382.424-69

nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 18/10/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 238195

Portaria 2213 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 20463, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO GABRIEL MONTENEGRO DUARTE, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 25/10/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 238204

Portaria 2215 - 2017 - DPG. Conceder 2 + 1/2 diárias ao Defensor MATUZALEM CARNEIRO BERNARDO, matrícula 57234672, objetivo PARTICIPAR DE SESSÃO DA VARA AGRÁRIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SANTARÉM a OBÍDOS, de 08 a 10/11/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 238209

Portaria 2204 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias à Defensora ÚRSULA DINI MASCARENHAS, matrícula 57231661, objetivo PARTICIPAR DE SESSÃO DE TRIBUNAL DO JÚRI, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a MÃE DO RIO, de 16 a 17/10/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 238185

Portaria 2205 - 2017 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias à Defensora ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL, matrícula 5895983, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de ABAETUBA a MOJU, de 16 a 20/10/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 238190

Portaria 2211 - 2017 - DPG. Conceder 6 + 1/2 diárias à Defensora GIANE DE ANDRADE BUBOLA LIMA, matrícula 55588717, objetivo ITINERÂNCIA e à Servidora ANTONIA MARIA DE FREITAS BRANDÃO, matrícula 20484931, Cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SANTARÉM a ORDIMINA, de 22 a 28/10/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 238198

FÉRIAS

PORTARIA Nº 2.221/2017-DP-G, DE 10/10/2017.
RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a ABRAHAM BASTOS GOMES, matrícula 57201694/1, referente ao P.A. 2016/2017, no período de 01 a 30/11/2017. Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 238199

PORTARIA Nº 2.222/2017-DP-G, DE 10/10/2017.
RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a EDUARDO TATHUHIRO NAKATA, matrícula 57231663/1, referente ao P.A. 2016/2017, no período de 20/11 a 19/12/2017. Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 238202

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 2.160/2017-DP-G, DE 05/10/2017.
RESOLVE: INTERROMPER, a contar de 10/10/2017 o gozo de férias de ADRIANA MARTINS JORGE JOÃO, mat. 55589094/1, referente ao P.A. 2016/2017, concedida por meio da PORTARIA Nº 1.552/2017-DP-G, de 14/07/2017; publicada no DOE 33.423, de 25/07/2017, com gozo entre 25/09 a 24/10/2017. Ficando os 15 (quinze) dias interrompidos para gozo no período de 01 a 15/08/2018. Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 238205

PORTARIA Nº 2.165/2017-DP-G, DE 06/10/2017.
RESOLVE: INTERROMPER, a contar de 26/09/2017 o gozo de férias de WELLYDA CARLA BARCELOS DIAS, mat. 55589164/1, referente ao P.A. 2016/2017, concedida por meio da PORTARIA Nº 1.552/2017-DP-G, de 14/07/2017; publicada no DOE 33.423, de 25/07/2017, com gozo entre 11/09 a 10/10/2017. Ficando os 15 (quinze) dias interrompidos para gozo no período de 02 a 16/04/2018. Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 238210

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL Nº 003/2017
RETIFICAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE E ESCOLHA DO OUVIDOR GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas com base no art. 17 B, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 054/2006 e da Resolução 160 de 09 de maio de 2016 do Conselho Superior da Defensoria Pública.

CONSIDERANDO a previsão do art. 105-A, da Lei Complementar Nacional n. 80/94 e art. 17-A da Lei Complementar Estadual n. 54/2006, que estabelecem haver na estrutura da Defensoria Pública como órgão auxiliar a Ouvidoria Geral.
CONSIDERANDO a importância de fomentar o diálogo com a sociedade e que a população de modo geral se identifique com as funções e a missão institucional da Defensoria Pública.
CONSIDERANDO que a Ouvidoria Geral tem por fim precípuo potencializar essa relação de intercâmbio da Defensoria Pública para com a sociedade, e desta para com a Defensoria Pública.
CONSIDERANDO que o processo Eleitoral necessita ser transparente, e dar condição de participação de todos os movimentos sociais do Estado do Pará, bem como dos candidatos ao cargo de ouvidor.

RESOLVE TORNA PÚBLICA:
Por meio do presente EDITAL os novos prazos referentes ao período de inscrição e realização da eleição e posse para o cargo de Ouvidor Externo da Defensoria Pública do Estado do Pará.
DA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL PARA OUVIDOR GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.
Art. 1º. Modifica os prazos do processo eleitoral do Edital 001/2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 33383, de 29.05.17, alterando o cronograma, da seguinte forma:
CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DO OUVIDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, PARA O BIÊNIO 2017/2019.

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
06.10.17 a 17.11.17	Período de inscrições dos cidadãos e entidades civis
21.11.17	Publicação no DOE da relação contendo os nomes dos candidatos e entidades civis que preencherem os requisitos legais para participarem do processo de escolha (art. 7º).
23.11.17 a 27.11.17	Prazo para impugnação dos cidadãos e entidades civis habilitadas (art. 7º, § 1º)
30.11.17	Publicação dos cidadãos e entidades civis eventualmente impugnadas.
01.12.17 a 05.12.17	Prazo para Impugnados apresentarem defesa escrita (art. 7º, § 2º)
08.12.17	Publicação no DOE da decisão de eventuais impugnações.
14.12.17	Eleição para a composição da lista triplíce

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições do Edital 001/2017 de abertura do processo eleitoral da lista triplíce e escolha do Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.
Belém - PA, 17 de outubro de 2017.
Johny Fernandes Giffoni
Defensor Público - Presidente
Anna Izabel e Silva Santos
Defensora Pública - Membro
Anderson da Silva Pereira
Defensor Público - Membro

Protocolo: 238604

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº. 057/2013/TJ-PA //Partes: TPA e Empresa JL Mesquita/CNPJ: 10.141.734/0001-44//Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de monitoramento digital de imagens - CFTV - com reposição de peças//Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 042/2013// Objeto e justificativa do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência// Valor do aditivo: R\$ 5.916,67 (mensal) // Vigência: 18/10/2017 a 17/10/2018//Dotação Orçamentária: 02.122.1419.8176; Natureza de Despesa 339039; Fonte de Recurso 0118//Data da Assinatura: 16/10/2016// Representante do Contratante: Francisco de Oliveira Campos Filho - Secretário de Administração// Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo - Secretária de Planejamento//

Protocolo: 237588

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 072/2017 - O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Secretário de Administração, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor da empresa

INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.997.528/0001-70, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 25, inciso II, § 1º c/c art. 13, inciso VI da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para ministrar o Curso de AUDITORIA BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCOS, no período de 04 a 06 de dezembro de 2017, referente ao processo PA-MEM-2017/27512// Belém, 17 de outubro de 2017.// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho - Secretário de Administração. Ratificação: O Excelentíssimo Desembargador Ricardo Ferreira Nunes - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em cumprimento ao artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifica a Inexigibilidade de Licitação do Processo acima referido. Belém 17/10/2017.

Protocolo: 238582

CONVÊNIO

Extrato de Convênio nº. 033/2017-TJPA// Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará CNPJ sob o nº 04.567.897/0001-90, o Tribunal Regional Eleitoral CNPJ/MF sob o nº 05.703.755/0001-76, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região CNPJ sob o nº 01.547.343/0001-33 e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região CNPJ sob o nº 03.658.507/0001-25// Objeto: Promover o intercâmbio de informações com intuito de fomentar o desenvolvimento de ações voltadas à governança no âmbito de cada partícipe, nas áreas administrativas, visando otimizar e minimizar os custos com futuras contratações, aquisições e serviços, bem como o compartilhamento de atividades e boas práticas nas áreas de gestão de pessoas, capacitação, saúde, tecnologia da informação, engenharia, logística sustentável, dentre outros.//Vigência: 60 meses com início em 17/10/2017 e término em 17/10/2022// Data da assinatura: 17/10/2017//Responsável pela assinatura: Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES - Presidente do TJ/PA.

Protocolo: 238393

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 2017/14. TIPO: Menor Preço
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo dos serviços de manutenção imobiliária e instalações prediais (hidráulica, elétrica, telefonia, lógica e refrigeração) para atender as necessidades do TCM. DATA DA DISPUTA: 01/11/2017. HORA: 09:00. LOCAL: Prédio sede do TCM/PA. AQUISIÇÃO DO EDITAL: Extraído pela Internet, através do site: www.tcm.pa.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br, ou na Sala da CPL do TCM/PA, sito à Trav. Magno de Araújo nº 474, Telégrafo, Belém/PA, das 9:00 às 13:00h, de 2ª a 6ª feira. Belém, 18 de outubro de 2017. LEONARDO RAFAEL FERNANDES. Pregoeiro.

Protocolo: 238441

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 32.658 DE 03 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDER ao servidor MARCELO GONÇALVES LOBO, Técnico Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100229, 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente ao triênio de 01-03-2006/2009, nos termos do artigo 98 da Lei nº 5.810/94, no período de 09-08 a 07-10-2017.

Protocolo: 238367

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 32.910 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDER à servidora ANA LUCIA SILVA DE ALENCAR, Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, matrícula nº 0101032, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 03 a 22-10-2017.

Protocolo: 238342

PORTARIA Nº 32.913 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDER ao servidor PAULO SÉRGIO SANTOS MELO, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0179310, 03 (três) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 20 a 22-09-2017.

Protocolo: 238346